

# Recessão não cresce, diz Galvêas

## Da sucursal e do serviço local

O ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que abriu, ontem, em Novo Hamburgo, a 48 quilômetros de Porto Alegre, a XVIII Feira Internacional do Calçado (Fenac), afirmou que o "pacote" de medidas preparado pelo governo "não provocará maior recessão, pelo contrário". Confidencialmente, porém, ele disse a empresários gaúchos que as medidas deveriam abranger a desindexação, mas a idéia foi abandonada por questões políticas. Para a Imprensa, questionado sobre sua posição, limitou-se a observar que "o ministro Delfim Netto já disse que não haverá mudanças no processo de indexação da economia".

Galvêas ressaltou que "está descartada a hipótese de uma nova máxidesvalorização" e frisou que "a inflação de mau demonstra que o índice está descrecendo". Todo o esforço do governo se concentrará, segundo ele, na redução do déficit público, que estimou estourando em Cr\$ 560 bilhões no primeiro trimestre: Vamos introduzir programas para eliminar essa despesa em escalonada maneira até o final do ano disse ele.

A retirada dos subsídios na agricultura uma das soluções que apontou, "não terá reflexos na produção, pois o setor já pode andar pelas próprias pernas". Galvêas antecipou que o governo pretende interferir nas relações dos fundos de pensões com

as empresas estatais que os sustentam: "A contribuição da empresa não poderá ser superior à dos funcionários", observou, reconhecendo, contudo, a necessidade de analisar os aspectos jurídicos da decisão.

O vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Paulo Vellinho, por sua vez, considerou que outra medida já anunciada por Galvêas, de criação de um "imposto calamidade" para antecipar receitas para atendimento das populações assoladas pelas enchentes do Sul e seca do Nordeste, "revela o limitadíssimo espaço físico do governo em relação a recursos". Acrescentou esperar que "os recursos arrecadados não acabem na vala comum para onde estão indo, em grande parte, os fundos do Finsocial".

Vellinho manifestou, também, surpresa e perplexidade pelo fato de o governo ainda não ter interferido no que classifica de economia invisível, sonegação e contrabando, exemplificando com a recente apreensão, em São Paulo, de equipamentos eletrônicos destinados a subsidiárias de multinacionais. "É importante que o governo não subestime o peso da economia invisível" acrescentou sugerindo o "aumento dos quadros da Receita Federal sua integração com a Polícia Federal e as estaduais para repressão ao contrabando e o desenvolvimento de um programa de contrabando para criar uma malha de controle de evasão do IPI e ICM".

Já em São Paulo, o vice-governador

do Estado, Orestes Quêrcia, afirmou que o presidente Figueiredo não pode anunciar um novo pacote contendo medidas de reajuste da economia determinadas pelo FMI, sem abrir perspectivas de natureza política, como a revogação da Lei de Segurança Nacional e a instituição de eleições diretas para presidente da República. Para o vice-governador paulista, "a crise é mundial, mas a brasileira tem-se mostrado muito mais grave. Os mesmos governantes que em 1973, em plena crise do petróleo, nos levaram a aumentar em 50% o seu consumo, enquanto outros países faziam uma política de redução do consumo, são os mesmos que comandam hoje a nossa economia. Os mesmos que nos levaram ao criminoso endividamento e que nos jogaram debaixo dos rigores do FMI, voltam agora a nos impor um novo pacote recessivo", concluiu.

## FEIRA DE CALÇADOS

O vice-governador gaúcho Cláudio Strassburger, empresário calçadista, anunciou que o setor deverá arrecadar cerca de US\$ 700 milhões com exportações, este ano com um crescimento de 20% a 35%. O presidente do Sindicato das Indústrias de Calçados do Vale do Rio dos Sinos Niveo Friederich informou que nesse primeiro trimestre as vendas das indústrias gaúchas de calçados ao Exterior aumentaram em 40%, atingindo, segundo ele, "US\$ 135 milhões com a exportação de 20 milhões de pares